

**INSTITUTO ADVENTISTA DE JUBILAÇÃO E ASSISTÊNCIA - IAJA**

CNPJ nº 00.494.47/0001-93

Av. L.3 – SGAS 611 – Módulo 75/76 – Asa Sul – Brasília – DF – 70200-710

Tel.: (61) 345.1818 Fax: (61) 345.7778

**REGULAMENTO**

**DO**

**PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

# SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	3
DA FINALIDADE .....	3
CAPÍTULO II.....	3
DO GLOSSÁRIO.....	3
CAPÍTULO III.....	4
DA FORMA DE GESTÃO DOS RECURSOS.....	4
CAPÍTULO IV .....	4
DA CONSTITUIÇÃO DO PGA.....	4
CAPÍTULO V .....	5
DAS FONTES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO .....	5
CAPÍTULO VI .....	5
DOS LIMITES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO .....	5
CAPÍTULO VII .....	5
DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E CRITÉRIOS DE RATEIO .....	5
CAPÍTULO VIII .....	5
DA POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS .....	5
CAPÍTULO IX .....	5
DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO PGA .....	5
CAPÍTULO X .....	6
DA AVALIAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO.....	6
CAPÍTULO XI .....	6
DO ORÇAMENTO .....	6
CAPÍTULO XII.....	7
DA RETIRADA DE PATROCINADOR.....	7
CAPÍTULO XIII .....	7
DA ADEÇÃO DE NOVO PATROCINADOR A UM PLANO JÁ ADMINISTRADO PELO IAJA.....	7
CAPÍTULO XIV.....	7
DA INCLUSÃO DE NOVO PLANO DE BENEFÍCIO PARA ADMINISTRAÇÃO DO IAJA .....	7
CAPÍTULO XV.....	8
DA EXTINÇÃO DA ENTIDADE .....	8
CAPÍTULO XVI.....	8
DA EXTINÇÃO DE UM PLANO ADMINISTRADO PELA ENTIDADE .....	8
CAPÍTULO XVII.....	8
DA FUSÃO OU INCORPORAÇÃO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	8
CAPÍTULO XVIII.....	8
DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	8
CAPÍTULO XIX.....	8
DA DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES .....	8
CAPÍTULO XX.....	9
DA APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO.....	9
CAPÍTULO XXI.....	9
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS .....	9

## **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º** O presente Regulamento estabelece disposições específicas referentes ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, do **Instituto Adventista de Jubilação e Assistência**, doravante designada simplesmente **IAJA**, que tem como finalidade estabelecer regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais de responsabilidade da entidade.

## **CAPÍTULO II DO GLOSSÁRIO**

**Art. 2º** As expressões, palavras, abreviações ou siglas utilizadas neste regulamento terão o seguinte significado:

I. Assistido: participante ou beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada;

II. Cisão de Planos: transferência da totalidade ou de parcela do patrimônio de um plano de benefícios ou PGA para um ou mais planos de benefícios ou PGA;

III. Custeio Administrativo: recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da entidade;

IV. Despesas Administrativas: gastos realizados pelo IAJA na administração dos planos previdenciais, incluindo as despesas administrativas com as atividades de gestão dos investimentos;

V. Despesas Administrativas Comuns: gastos realizados pelo IAJA, registrados no PGA, comuns a todos os planos de benefícios, que serão rateados entre a gestão previdencial e o fluxo de investimentos;

VI. Despesas Administrativas Específicas: gastos realizados pelo IAJA, registrados no PGA, os quais pela sua natureza, são diretamente apropriados à gestão administrativa previdencial por plano de benefícios ou ao fluxo de investimentos;

VII. Doação: aporte de recursos destinados ao PGA para cobertura das despesas administrativas.

VIII. Dotação Inicial: aporte de recursos destinado à cobertura das despesas administrativas realizadas pelo patrocinador ou participante, referente à sua adesão ao plano de benefícios;

IX. Fundo Administrativo: patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo adicionado ao rendimento auferido na carteira de investimentos, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pelo IAJA na administração dos planos de benefícios previdenciais, na forma dos seus regulamentos;

X. Fusão de Planos: união de dois ou mais planos de benefícios ou PGA dando origem a outro plano de benefícios ou PGA;

XI. Gestão Compartilhada: modelo no qual os recursos destinados a gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo o saldo do fundo administrativo rateado entre os planos de benefícios por critério definido pelo Conselho Deliberativo;

XII. Gestão Mista: modelo no qual os recursos destinados a gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos parte de forma compartilhada e parte segregada, sendo o saldo do fundo administrativo compartilhado rateado entre os planos de benefícios por critério definido pelo Conselho Deliberativo;

XIII. Gestão Segregada: modelo no qual os recursos destinados a gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma independente;

XIV. Incorporação de Planos: absorção de um ou mais planos de benefícios ou PGA por outro plano de benefícios ou PGA;

XV. Participante: pessoa física que aderir aos planos de benefícios e que ainda não se encontre na condição de assistido;

XVI. Receita Administrativa: receitas derivadas da gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais da entidade;

XVII. Retirada de Patrocinador: operação pela qual se encerra a relação previdenciária/administrativa entre o patrocinador em relação à EFPC e aos respectivos participantes e assistidos do plano de benefícios a eles vinculados;

XVIII. Taxa de Administração: percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir, com o objetivo de cobertura dos gastos administrativos na gestão dos planos de benefícios previdenciais;

XIX. Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos previdenciais no exercício a que se referir;

XX. Transferência de Administração: a transferência do gerenciamento do plano de benefícios de uma EFPC para outra, mantido o mesmo patrocinador.

### **CAPÍTULO III DA FORMA DE GESTÃO DOS RECURSOS**

**Art. 3º** O IAJA adotará a gestão segregada dos recursos administrativos do PGA, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo, serão individualizados por plano de benefícios previdenciais administrados pela entidade. Desta forma, o fundo administrativo será contabilizado e controlado separadamente, por plano de benefícios, demonstrando suas variações e montantes individuais.

### **CAPÍTULO IV DA CONSTITUIÇÃO DO PGA**

**Art. 4º** O PGA será constituído, inicialmente, com o patrimônio do programa administrativo registrado nos planos de benefícios em 31 de dezembro de 2009.

**Parágrafo Único** Os ativos de investimentos a serem transferidos dos planos de benefícios para o PGA, quando da sua constituição, deverão estar em convergência com a política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO V DAS FONTES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

**Art. 5º** Os recursos necessários à cobertura das despesas com a administração do IAJA serão repassados ao PGA pelos planos previdenciais e pelo fluxo de investimentos.

**Parágrafo Único** De modo a assegurar a estabilidade e a perenidade da gestão administrativa dos planos administrados pela entidade será criado um fundo administrativo, constituído por sobras de recursos aportados pelos planos geridos pela entidade e não utilizados em sua totalidade.

**Art. 6º** A entidade utilizará às fontes de custeio previstas na legislação vigente.

**§ 1º** As fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pela (nome da entidade) serão definidas pelo Conselho Deliberativo da entidade e incluídas no orçamento anual, devendo constar ainda no plano anual de custeio definido atuarialmente.

## **CAPÍTULO VI DOS LIMITES DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

**Art. 7º** O limite anual para as destinações vertidas pelo plano de benefícios para a gestão administrativa será aquele estabelecido pelo conselho deliberativo e deverá constar do orçamento e/ou do plano de custeio anual.

## **CAPÍTULO VII DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E CRITÉRIOS DE RATEIO**

**Art. 8º** As despesas administrativas específicas serão alocadas exclusiva e diretamente nos planos de benefícios que as originaram sem nenhuma forma de rateio.

**Art. 9º** Os critérios de rateio/distribuição das despesas administrativas comuns estarão detalhados em termos qualitativos e quantitativos no planejamento anual orçamentário aprovado pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO VIII DA POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

**Art. 10** Os recursos líquidos do PGA serão aplicados de acordo com a legislação vigente e a política de investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da entidade.

**Art. 11** A apropriação dos rendimentos, decorrente das aplicações dos recursos líquidos dos fundos administrativos estabelecidos na política de investimentos, será proporcional ao fundo administrativo registrado no PGA.

## **CAPÍTULO IX DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO PGA**

**Art. 12** A partir de janeiro de 2010, o patrimônio do PGA será constituído por sobras de custeio administrativo adicionado ao rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por

objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo IAJA na administração dos planos de benefícios, na forma dos seus regulamentos.

**Art. 13** A entidade poderá realizar a transferência de excessos de recursos do fundo administrativo para os planos de benefícios, de acordo com estudos estabelecidos em avaliação orçamentária e/ou atuarial, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO X DA AVALIAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO**

**Art. 14** Visando garantir a gestão administrativa da entidade por meio de um fluxo de recurso sustentável para manter a perenidade administrativa do plano de benefícios, o fundo administrativo será avaliado a cada três exercícios, por atuário devidamente registrado no IBA.

## **CAPÍTULO XI DO ORÇAMENTO**

**Art. 15** Na aprovação do orçamento anual, o Conselho Deliberativo do IAJA estabelecerá os critérios quantitativos e qualitativos que nortearão as despesas administrativas, assim como as metas para os indicadores de gestão propostos anualmente pela Diretoria Executiva de modo a permitir uma melhor avaliação dos gastos realizados pela entidade.

**Art. 16** Ao fixar os critérios quantitativos e qualitativos para os dispêndios do IAJA, o Conselho Deliberativo observará as normas de governança da entidade e tomará por base os seguintes aspectos:

- I - Recursos garantidores dos planos de benefícios;
- II - Quantidade de planos de benefícios;
- III - Modalidade dos planos de benefícios;
- IV - Número de participantes e assistidos, e;
- V - Forma de gestão dos investimentos.

**§ 1º** Deverão ser fixados critérios quantitativos pertinentes à mensuração dos gastos administrativos do IAJA, que possibilitem a determinação do *quantum* a ser gasto pela entidade.

**§ 2º** Os critérios qualitativos são os atributos que tornam as informações relacionadas às despesas administrativas úteis para os usuários da informação, devendo ser observadas as seguintes características qualitativas:

I - Compreensibilidade: As informações apresentadas sobre as despesas administrativas devem ser prontamente entendidas pelos usuários da informação;

II - Relevância: As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores;

III - Confiabilidade: Para ser útil, a informação sobre as despesas administrativas deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe;

IV - Comparabilidade: a mensuração e apresentação dos efeitos financeiros das despesas administrativas no patrimônio do IAJA devem ser feitas de modo consistente, ao longo dos diversos períodos.

## **CAPÍTULO XII**

### **DA RETIRADA DE PATROCINADOR**

**Art. 21** Os Patrocinadores respondem, com relação aos respectivos planos de benefícios solidariamente pelas obrigações contraídas pelo IAJA com seus participantes, assistidos e beneficiários.

**Art. 22** A retirada de patrocínio somente poderá ocorrer após prévia autorização do órgão regulador e fiscalizador e desde que os patrocinadores fiquem obrigados ao cumprimento da totalidade dos compromissos assumidos com o IAJA, relativamente aos participantes, assistidos/beneficiários e obrigações legais, até a data da retirada.

**Art. 23** Além do cumprimento das obrigações previdenciais assumidas para com os participantes do plano de benefícios, o patrocinador que retirar o patrocínio deverá aportar os recursos necessários à administração do plano de benefícios até o seu encerramento. Desta forma, ao se concretizar a retirada de patrocínio, será realizado cálculo com bases atuariais, por profissional habilitado, do valor necessário ao cumprimento das obrigações administrativas do plano de benefícios.

**Parágrafo Único** O cálculo atuarial do valor necessário ao cumprimento das obrigações administrativas do plano de benefícios deverá integrar o processo de retirada.

**Art. 24** O valor das obrigações administrativas nos termos do artigo anterior, deverá ser constituído no PGA do IAJA, um fundo administrativo correspondente ao valor calculado e sua integralização deverá cumprir fluxo estabelecido atuarialmente de forma a cobrir todas as obrigações administrativas decorrentes.

## **CAPÍTULO XIII**

### **DA ADESÃO DE NOVO PATROCINADOR A UM PLANO JÁ ADMINISTRADO PELO IAJA**

**Art. 25** Será admitido o ingresso de novos patrocinadores, aos Planos de benefícios já administrado pelo IAJA, sendo que neste caso, se previsto no plano de custeio, o patrocinador deverá dotar, juntamente com os recursos previdenciais, o fundo administrativo, calculado atuarialmente, para a massa de participantes que passará a integrar o plano de benefícios.

**Art. 26** Na ocorrência da hipótese descrita neste capítulo será elaborado um termo onde serão detalhados os procedimentos, as etapas, os direitos e as obrigações das partes envolvidas durante e após a operação.

## **CAPÍTULO XIV**

### **DA INCLUSÃO DE NOVO PLANO DE BENEFÍCIO PARA ADMINISTRAÇÃO DO IAJA**

**Art. 27** Sempre que o IAJA passar a administrar novos planos de benefícios, criados pela própria, deverá ser elaborado plano de custeio administrativo para cobertura de seus gastos específicos.

**Parágrafo Único** O plano de custeio administrativo previsto neste artigo será apurado atuarialmente, de modo a adequá-lo às suas necessidades, o seu respectivo ingresso de recursos administrativos.

## **CAPÍTULO XV DA EXTINÇÃO DA ENTIDADE**

**Art. 31** Em caso de extinção do IAJA, os recursos administrativos, após o pagamento de todas as obrigações e ainda deduzidos os valores suficientes para a sua total liquidação como pessoa jurídica, serão devolvidos aos patrocinadores e aos participantes de forma proporcional aos fundos administrativos constituídos em nome de cada plano de benefícios, devidamente aprovados pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO XVI DA EXTINÇÃO DE UM PLANO ADMINISTRADO PELA ENTIDADE**

**Art. 32** Na extinção de plano de benefícios administrado pelo IAJA decorrente da liquidação de todos compromissos previdenciais em relação aos seus participantes, assistidos e beneficiários, os recursos que porventura remanescerem no PGA sob a titularidade do referido plano serão devolvidos aos seus patrocinadores e participantes/assistidos, após o pagamento de todas as obrigações administrativas relativas ao mesmo.

## **CAPÍTULO XVII DA FUSÃO OU INCORPORAÇÃO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS**

**Art. 33** Em caso de extinção de plano de benefícios administrado pelo IAJA, decorrente de migração de seus participantes para outro plano de benefícios também administrado pela entidade, caracterizando-se como operações de Fusão ou Incorporação, os fundos administrativos nominados aos planos de benefícios serão igualmente transferidos de titularidade no PGA, após o cumprimento de todas as obrigações administrativas do plano extinto.

## **CAPÍTULO XVIII DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

**Art. 35** O Conselho Fiscal será o órgão responsável pelo acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos e além das metas estabelecidas para os indicadores aprovados pelo Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO XIX DA DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES**

**Art. 36** As informações relativas ao PGA serão disponibilizadas aos patrocinadores, participantes, assistidos e beneficiários, atendendo a legislação vigente.



**CAPÍTULO XX**  
**DA APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO**

**Art. 37** Compete exclusivamente ao Conselho Deliberativo do IAJA aprovar ou alterar este regulamento, sendo que as alterações não poderão, em nenhum caso, contrariar os objetivos estabelecidos no Estatuto e no Regulamento dos planos de benefícios administrado pela entidade.

**CAPÍTULO XXI**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 38** Os casos omissos deverão ser tratados e disciplinados pelo Conselho Deliberativo do IAJA.

**Art. 39** Este regulamento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do IAJA em 23/12/2009 e entrará em vigor a partir de 01/01/2010.

Brasília, 23 de dezembro de 2009

**ERTON CARLOS KÖHLER**  
Presidente do Conselho Deliberativo

**MARINO FRANCISO DE OLIVEIRA**  
Diretor Geral